

A URIHI - Saúde Yanomami e a CCPY denunciam a incapacidade da FUNASA e do DESAI de garantir a gestão da Política Nacional de Saúde Indígena

No último dia 27 de novembro, o diretor do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (DESAI/FUNASA), Sr. Ricardo Chagas, cancelou, através de uma nota lacônica, o seminário "Gestão, Gerência e Organização dos Serviços de Saúde nos DSEI's". O referido seminário deveria ocorrer em Brasília entre os dias 1 e 6 de dezembro com a participação de 150 funcionários do Ministério da Saúde (MS) e de 56 representantes de organizações não governamentais indígenas e indigenistas (ONGs) com as quais o MS mantém convênios para a execução das ações básicas de assistência à saúde indígena. O seminário deveria ser um exercício de planejamento participativo das ações de 2004, assim como um momento de discussão e de debate sobre os diversos problemas que afetam o atual momento da assistência à saúde indígena no Brasil.

O cancelamento intempestivo do seminário se deu, segundo o DESAI, a problemas operacionais decorrentes da eminente realização da XIII Conferência Nacional de Saúde. Na realidade, a decisão do DESAI é o último de uma série de exemplos da total incapacidade da FUNASA de atuar efetivamente como órgão gestor federal da Política Nacional da Saúde Indígena. Infelizmente esta decisão interrompe o diálogo entre os índios e o Estado em um momento de enorme importância política como são as datas prévias à realização da Conferência Nacional de Saúde.

Em 1999 o decreto 3.156 encarregou à FUNASA a responsabilidade de estabelecer e de gerenciar as políticas de prevenção e de assistência à saúde dos índios em todo o Brasil. Nesse momento se cria dentro da FUNASA um Departamento de Saúde Indígena/DESAI com a missão de reestruturar essa assistência. São então criados 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) que organizam os serviços de atenção básica através da estratégia de terceirização da execução através de convênios firmados com organizações indígenas e indigenistas.

Depois de 4 anos de experiência deste modelo, verifica-se uma melhora da assistência e da situação de saúde dos índios em todo o país. No Distrito Sanitário Yanomami (DSY) se constata duas realidades:

Os indicadores de saúde apresentam uma determinante melhoria que tem impacto direto nas condições gerais de bem-estar e de dignidade dos Yanomami: **nas áreas atendidas pela Urihi a mortalidade infantil foi reduzida em 65%. Desde 2001 não ocorre nenhuma morte por malária. A redução da malária, em relação ao período anterior à assistência da Urihi, é de 99%. A redução do número de casos de tuberculose em relação à década passada é de 60%.**

Por outro lado, a FUNASA não tem sido capaz de avaliar, supervisionar e extrair conclusões dos resultados positivos nem de identificar e propor respostas para os desafios todavia persistentes no distrito.

Na verdade, a experiência dos últimos anos coloca em evidência a impossibilidade da FUNASA de liderar a gestão e a coordenação da saúde indígena. A FUNASA não sido capaz de consolidar um ativo de recursos tanto humanos como materiais e políticos adequados às funções básicas da gestão, tais como:

- Definir e planejar, para os diferentes programas, estratégias claras de intervenção adaptadas às diversas realidades dos distritos;
- Acompanhar e avaliar todas as ações nos DSEI's;
- Implementar um sistema eficaz de informação e de análise de dados;
- Promover ações de formação para os diferentes perfis profissionais;
- Desenvolver mecanismos resolutivos de apoio administrativo e jurídico que contribuam para viabilizar as atividades das conveniadas;
- Articular o subsistema com os níveis estaduais e municipais do SUS;
- Garantir espaços de participação dos usuários nas decisões estratégicas sobre a política de saúde indígena.

A falta de coordenação e de apoio do órgão federal gestor deixou muitas organizações conveniadas em uma situação de impasse em suas atividades que, além de ter impactos negativos na operacionalização dos DSEI's, tem disseminado entre muitas a angústia e o desânimo até o ponto de colocar em cheque a continuidade de alguns dos atuais convênios.

Durante os últimos meses a situação tem tomado um rumo muito preocupante. Frente às constantes reivindicações das organizações conveniadas de que a saúde indígena seja transferida para uma secretaria especial criada dentro do MS (**“Os povos indígenas do Brasil, através das suas organizações e lideranças, reivindicam que o Ministério da Saúde assuma de forma direta, integral e definitiva a sua responsabilidade com a gestão da saúde indígena”** - outubro de 2003), a posição da atual direção do DESAI tem sido de aberta hostilidade.

Na edição do dia 20/10/2003 da Folha de São Paulo, o diretor do DESAI, Sr. Ricardo Chagas, afirma que as ONGs são um **“poder paralelo que transgride a lei”** e que algumas organizações teriam restrições antropológicas à vacinação e à administração de cloro na água das aldeias.

Estas declarações do Sr. Ricardo Chagas, que jamais foram desmentidas, constituem uma perversa deslealdade em reação à importante contribuição das organizações que foram convidadas, pela própria FUNASA, para tornar possível a implantação dos DSEIs.

As ONGs parceiras da FUNASA, que se empenharam visceralmente para executar as ações de atenção básica à saúde nos distritos, nunca agiram no sentido de transferir para si a gestão da saúde indígena. Muito pelo contrário, em todas as oportunidades ao longo dos últimos anos as ONGs têm se manifestado pela necessidade de fortalecimento da gestão do Estado, como pré-requisito fundamental para o êxito na implantação dos distritos. Mesmo assim, o Sr. Ricardo preferiu acusar as ONGS de “poder paralelo”, em concordância com as forças retrógradas da região norte do país, e em particular de Roraima, que encontram um

novo e inesperado aliado para alcançarem os seus objetivos, que nada têm a ver com o interesse público.

As declarações do Diretor do DESAI são agora reproduzidas em matérias publicadas na imprensa local de Roraima e nos discursos de autoridades e políticos, inclusive em audiências no Congresso Nacional. Os mais entusiasmados, como o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, propõem a expulsão das ONGs do Território Nacional “a bala”, ser não for possível por meios pacíficos, em flagrante incitação à violência.

“O que admira é que o governo não controla os seus próprios órgãos diante da força destas organizações de governo paralelo” – Senador/RR Mozarildo Cavalcanti - FOLHA DE BOA VISTA, 25 de novembro de 2003

“Temos que impedir as ONGs de interferirem no destino do nosso país” Deputado Federal/RR Chico Rodrigues - FOLHA DE BOA VISTA, 26 de novembro de 2003

“O Estado deve expulsar estas ONGs do território nacional” Desembargador Lécio Resende, presidente do TRE-DF - FOLHA DE BOA VISTA, 23 de novembro de 2003

Por estes motivos, pedimos ao Ministério da Saúde que assuma efetivamente a sua responsabilidade na gestão da saúde indígena propondo medidas técnicas e políticas, bem como espaços de diálogo indispensáveis que visem salvar a Política Nacional de Saúde Indígena de seu atual estado de abandono.

Boa Vista, 02 de dezembro de 2003